



PARECER PRÉVIO Nº 38/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11507/2016.

Apensos: Processo nº 11942/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Tonantins

4- Exercício: 2015

5- Responsável: Simeão Garcia Nascimento (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Andreia Pereira do Nascimento - OAB/AM n. 9.600.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6279/2016-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tonantins. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas do **Sr. Simeão Garcia Nascimento**, responsável pela Prefeitura Municipal de Tonantins, exercício de 2015, tendo em vista a configuração de irregularidades insanáveis, resultado de atos dolosos que caracterizam improbidade administrativa, tal como constante na fundamentação *supra*;

10.2. Oficiar à Câmara Municipal de Tonantins, determinando o art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, especialmente quanto ao prazo de sessenta dias para o julgamento das Contas do



PARECER PRÉVIO Nº 38/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Prefeito, **Sr. Simeão Garcia Nascimento**, contados da publicação no DOE do presente Parecer Prévio.

- 11- **Ata:** 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 3 de Setembro de 2019
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 38/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 38/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11507/2016.

Apensos: Processo nº 11942/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Tonantins

4- Exercício: 2015

5- Responsável: Simeão Garcia Nascimento (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Andreia Pereira do Nascimento - OAB/AM n. 9.600.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6279/2016-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tonantins. Exercício de 2015.

Ofício. Irregularidade. Ilegalidade. Alcance. Multa. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Tonantins, referente ao exercício financeiro de 2015, de responsabilidade do Gestor, ordenador de despesa, **Sr. Simeão Garcia Nascimento**, conforme o art. 22, inciso III, “b” e “c” c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

10.2. Julgar ilegal o Contrato nº 039/2015, firmado entre à Prefeitura Municipal de Tonantins e a empresa Megacon Serviços de Construção Civil Ltda (CNPJ: 13.713.073/0001-72); e o Contrato nº 001/2015, firmado entre à Prefeitura Municipal de Tonantins, e a empresa SIGMA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. (CNPJ: 11.621.353/0001-5); com fundamento no art. 70, da CF/88, que atribui ao Controle Externo, a



ACÓRDÃO Nº 38/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 38/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração direta e indireta, e em consonância com o art. 1º, II, “a”, “e”, XI, XVII, da Lei nº 2.423/1996 com redação dada pela Lei Complementar nº 193/2018 c/c art. 5º, V, art. 7º, I, art. 32 e art. 37 da Lei nº 2.423/1996, que dão ao TCE/AM a competência para apreciar e julgar contratos públicos em geral;

- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. Simeão Garcia Nascimento** no valor de **R\$ 4.193.904,25** que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tonantins pelas improbidades apontadas:
- 10.3.1.** Ausência de respaldo documental que fundamente o saldo registrado em caixa no valor de **R\$ 2.797.445,22**, conforme item 39;
- 10.3.2.** Face a ausência de registro na razão contábil, compatível com o saldo registrado em extrato bancário, no valor de **R\$ 1.396.459,03**, conforme item 48;
- 10.4. Considerar em Alcance o Sr. Simeão Garcia Nascimento**, solidariamente às empresas Sigma Engenharia e Consultoria LTDA. CNPJ: 11.621.353/0001-25 e Megacon Servicos De Construcões Civil LTDA. CNPJ: 13.713.073/0001-72, no valor de **R\$ 176.536,25** que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tonantins pelas impropriedades apontadas e não sanadas: Na monta de **R\$ 101.598,60**, pelos apontamentos acima apresentados no Contrato nº 039/2015 - Reforma das escolas municipais, Otavio Amazonas e Jose Raimundo da Costa na sede do município - Item 89, executado pela empresa Megacon Servicos De Construcões Civil LTDA. CNPJ: 13.713.073/0001-72; No valor de **R\$ 74.033,45**, pelos apontamentos acima apresentados no Contrato nº 001/2015 - Construção de uma garagem municipal - Item 95, executado pela empresa Sigma Engenharia e Consultoria LTDA. CNPJ: 11.621.353/0001-25; No montante de **R\$ 904,20**, pelos apontamentos acima apresentados no Contrato nº 002/2015 - Reforma e ampliação da escola municipal Suzana Alborada na sede do município de Tonantins/AM - Item 93, executado pela empresa Sigma Engenharia e Consultoria LTDA. CNPJ: 11.621.353/0001-25;
- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Simeão Garcia Nascimento** no valor de **R\$ 63.895,20**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo



ACÓRDÃO Nº 38/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 38/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, em virtude das seguintes irregularidades: no valor **R\$ 20.481,60** reais, por atraso na remessa dos balancetes mensais por meio do sistema e-Contas, nos meses de janeiro a dezembro de 2015, conforme o art. 308, I, "a" da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM; no valor **R\$ 1.706,80** reais, pela ausência no envio de dados ao Sistema GEFIS, referentes ao 2º semestre/15, do Relatório de Gestão Fiscal, baseando-se no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, I, "c" da Resolução nº 04/2002; no valor **R\$ 1.706,80** reais, pela intempestividade do envio do RREO do 6º bimestre do exercício de 2015, com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, I, "b" da Resolução nº 04/2002; no valor **R\$ 25.000,00** reais, pelas impropriedades não sanadas e por atos praticados com grave infração à norma legal conforme dispõe art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM; no valor **R\$ 10.000,00** reais, por ato de gestão ilegítimo e antieconômico que resultaram os danos descritos nos itens 39, 48, 89, 93 e 95 do Voto. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.6. Determinar à Prefeitura de Tonantins que:

10.6.1. Que cumpra o disposto no art. 93 e 94 da Lei nº 4.320/64;

10.6.2. Que cumpra as disposições relativas ao Fundo Municipal de Saúde;

10.6.3. Que regularize o controle de ponto de assiduidade do seu quadro de servidores. Ademais, que observe e cumpra os prazos para a remessa de dados ao Sistema GEFIS; além da adoção de medidas para a atualização continuada no Portal da Transparência;

10.7. Determinar próxima Comissão de Inspeção que dê especial atenção aos itens de determinação à origem, visando verificar a ocorrência de reincidência, bem como os itens que foram alvo de determinação à própria Comissão para verificação "*in loco*";

10.8. Determinar a DICAPE deste TCE/AM que efetue o levantamento de todas as Admissões de Pessoal realizadas pela municipalidade, assim como a respectiva remessa dos processos à Corte de Contas; em caso



ACÓRDÃO Nº 38/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 38/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

de omissão, que sejam adotadas as providências cabíveis para se ver cumprido o disposto no art. 71, III c/c art. 75, ambos da CF/88;

10.9. Determinar a Remessa ao Ministério Público do Estado do Amazonas, as peças processuais necessárias à demonstração da necessidade de investigação e apuração de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 22, da Lei nº 8.429/92, devendo esta providência ser adotada pela Secretaria do Tribunal Pleno, imediatamente após a publicação da Decisão que resultar deste processo, tendo em vista os prazos prescricionais previstos no art. 25, da referida Lei;

10.10. Notificar o Sr. Simeão Garcia Nascimento, assim como as empresas aqui mencionadas, cópia do Relatório/Voto, e deste Acórdão a fim de dar-lhes ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Setembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral